

MULHERES

Nos últimos anos, observamos um aumento expressivo da desigualdade social em todo o nosso país, com o crescente empobrecimento da população, além do desemprego e da inflação, que atingem com força a vida de milhares de brasileiros e brasileiras. Tal situação tem se aprofundado diante das medidas econômicas ultraliberaís adotadas pelos atuais governantes (como o presidente Bolsonaro e o governo Zema, em MG), os quais só favorecem os interesses dos mais ricos. Esse cenário torna-se ainda mais penoso quando pensamos na realidade vivenciada pelas mulheres trabalhadoras, sobretudo as negras, LBTs, indígenas e rurais, pois são estas que, historicamente, enfrentam a desigualdade social de forma ainda mais intensa.

A profunda desigualdade de gênero e patriarcal atinge as mulheres em diferentes esferas da vida social. No campo do trabalho, as excluindo ou delegando-as aos postos mais precários e desvalorizados. No lar, vivenciando a sobrecarga de tarefas e a violência doméstica. Na dificuldade de acesso a demais direitos fundamentais, como saúde, educação, transporte e moradia. Por fim, em decorrência do assédio moral e sexual cotidianamente propagado pela imperante cultura do estupro. Sabemos que o machismo, assim como o racismo, é um elemento que estrutura a nossa sociedade, que privilegia o lucro de poucos em detrimento da vida de muitos. Realidade esta que os dados podem demonstrar.

Segundo o Atlas da Violência (2020) recentemente publicado, no ano de 2018, uma mulher foi assassinada a cada duas horas no Brasil, totalizando cerca de 4.500 vidas arrancadas em apenas um ano como consequência do machismo estrutural, sendo que 68% das mulheres assassinadas eram negras. Em Minas Gerais, o agravante do racismo também pode ser evidenciado: dos 349 casos de feminicídio registrados neste mesmo ano, 241 (69,7%) vítimas eram mulheres negras. A violência doméstica representou 30,4% dos casos de homicídio de mulheres em 2018, havendo um aumento de 8,3% dos registros de feminicídio ocorrido dentro de casa.

Os dados levantados pelo IPEA (2017), no estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, reafirmam que a opressão e a superexploração das mulheres se

sustentam a partir de múltiplas formas de violências, no âmbito privado e na esfera pública. Mesmo com conquistas importantes arrancadas com décadas de luta feminista e organização da classe trabalhadora, nos últimos 15 anos, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho pouco avançou, sendo que quase metade das brasileiras em idade ativa se encontram fora do mercado de trabalho.

Da mesma forma, a taxa de desemprego é maior quando comparada a situação das mulheres (11,6%) e homens (7,8%), em especial, das mulheres negras (13,3%). O mesmo estudo revelou, ainda, que, em 2015, o trabalho doméstico representava a ocupação de 18% das mulheres negras e 10% das mulheres brancas no Brasil, sendo ainda um desafio a garantia de direitos, proteção social e salário digno a essas trabalhadoras. Além disso, a prevalecente realização do trabalho doméstico não-remunerado pelas mulheres e a consequente dupla/tripla-jornada é uma realidade que pouco se alterou nas últimas décadas.

Todo esse cenário vem se aprofundando com o crescente desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas, somado aos impactos da pandemia do coronavírus. No atual contexto, as mulheres vêm atuando na linha de frente como maioria entre as(os) trabalhadoras(as) da saúde, da limpeza e demais serviços essenciais (estando, com isso, mais expostas à contaminação do vírus). Ao mesmo tempo, observou-se o aumento da sobrecarga das tarefas relacionadas ao lar e ao cuidado, bem como o aumento dos casos de violência doméstica durante o período de isolamento, conforme apontado pelo relatório da ONU Mulheres.

Em Juiz de Fora, só no primeiro mês de pandemia, em maio, foram registrados 380 casos de violência doméstica contra a mulher. Desde 2013, ano de inauguração da Casa da Mulher, até ano passado (2019), foram registrados mais de 15 mil casos de violência machista na cidade, seja ela de natureza física, sexual, psicológica, moral ou de outro tipo. Mesmo com os avanços da Lei Maria da Penha (2006) e a existência de um centro de referência no atendimento à mulher vítima de violência no município, temos ainda muito a conquistar para fazer de Juiz de Fora um lugar seguro e acolhedor para as mulheres. Queremos e, juntas(os), podemos fazê-lo!

Precisamos avançar na elaboração e aprovação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, garantindo ampla participação popular e controle social, de modo que possamos refletir sobre as reais necessidades enfrentadas pelas mulheres em Juiz de Fora, compreendendo as especificidades e agravantes nas condições de vida das mulheres negras, LBTs, jovens, pobres, rurais e periféricas. Precisamos construir uma Juiz de Fora que garanta às mulheres o acesso adequado a serviços públicos de qualidade; uma Juiz de Fora onde as mulheres não tenham medo de serem violentadas nas ruas e/ou dentro de suas próprias casas; uma Juiz de Fora onde as mulheres tenham condições igualitárias de trabalho, estudo e lazer. Precisamos fazer de Juiz de Fora uma cidade efetivamente construída para e pelas(os) 99% da população! Vamos juntas(os)?

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência não pode ser entendida como um fenômeno fechado em si, atemporal ou descolado dos processos históricos e culturais em que está inserida. A análise desse fenômeno, portanto, deve ser feita abarcando sua complexidade, a existência das múltiplas expressões da violência, os diferentes níveis de significação atribuídos a ela ao longo do processo histórico de desenvolvimento da humanidade, e os seus diversos efeitos históricos. A violência contra a mulher está presente em diversas sociedades ao longo da história, sempre atingindo com mais força as mulheres da classe trabalhadora, se agravando conforme as questões de raça/etnia, nacionalidade, etc. No Brasil, por exemplo, tal violência se manifesta desde o período da colonização, além do massacre operado pelos europeus contra os povos nativos. Houve também estupro e exploração sexual contra as mulheres indígenas e negras trazidas da África para serem escravizadas.

Conforme já mencionado, são diversas as formas de violência contra a mulher na sociedade capitalista, acometidas no âmbito privado e público, a qual se manifesta não só através da violência física, psicológica, moral, sexual, patrimonial. Há violência também operacionalizada pelo próprio Estado, como, por exemplo, a violência obstétrica; a falta de moradias e/ou a precariedade destas; mal funcionamento dos serviços de atendimento às vítimas de violência; falta de creches públicas e/ou vagas, são também faces desse complexo fenômeno da violência que atinge de maneira mais severa as mulheres trabalhadoras.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Ampla divulgação dos mecanismos de denúncia e dos programas de proteção às mulheres vítimas de violência;
- Ampliação das casas abrigo e criação de uma rede entre elas como meio de garantir atendimento às mulheres e crianças. Defesa das casas abrigo como medida

imediate de intervenção nos casos de violência contra a mulher, vinculado ao devido procedimento em relação aos agressores (punição, afastamento, prisão);

- Criação de Juizados Especializados em Atendimento à Mulher em situação de violência, Promotoria Especializada da Mulher, Defensoria Especializada da Mulher, e garantia de funcionamento da Delegacia da Mulher 24h;
- Ampliar e fortalecer os serviços especializados, integrar e articular os serviços e as instituições de atendimento a todas as mulheres em situação de violência;
- Criação e manutenção de Centros Especializados da Mulher em situação de violência;
- Promoção de formação continuada de profissionais especializados no atendimento às mulheres em situação de violência por meio da criação de um projeto pedagógico unificado entre as secretarias.

SAÚDE DA MULHER

Os processos de saúde e adoecimento de toda a humanidade estão intimamente relacionados com o contexto cultural, econômico, político e social vivenciado por esses sujeitos. Logo, quando conversamos sobre a saúde da mulher é necessário analisar e colocar em debate qual é a realidade em que estamos inseridas para o enfrentamento de seus desafios de forma qualificada.

Pensar na saúde da mulher é pensar a violência, em suas mais diversas formas, como um fator de risco para o desenvolvimento de enfermidades físicas e mentais. Segundo o Mapa da Violência de 2015, o Brasil é o 5º país mais violento para as mulheres, com um dos maiores índices de feminicídio do mundo. Dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais alertam que somos mais de 360 mulheres violentadas por dia no estado e que até junho do presente ano, já tínhamos ultrapassado 2200 notificações de violência contra a mulher somente na cidade de Juiz de Fora.

Falar sobre a saúde da mulher é falar sobre os índices de mortalidade materna que vêm aumentando nos últimos anos no Brasil, em razão da redução de investimento nas políticas públicas. É falar que a mortalidade materna é intensamente maior entre mulheres negras, do campo e da periferia urbana, por conta da desigualdade social que também se expressa territorialmente no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). É falar que as cesarianas são realizadas excessivamente no país. Além disso, o atual cenário de pandemia aumentou os casos de violência obstétrica, além de ter dificultado o acesso a métodos contraceptivos.

Analisar a questão da saúde da mulher é analisar os nossos direitos sexuais e reprodutivos, reivindicando que as políticas públicas direcionadas à saúde da mulher não se limitem ao aspecto reprodutivo e abarquem a nossa diversidade sexual. Pelo investimento cada vez maior nas políticas de educação e saúde! Para que as trabalhadoras se eduquem sexualmente e tenham sua autonomia contraceptiva respeitada. Para que a interrupção voluntária da gravidez seja oferecida gratuitamente,

realizada por profissionais de instituições públicas! Para que as trabalhadoras acessem a saúde enquanto direito e não mercadoria!

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Ampliação das políticas de Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Sistema Único de Saúde;
- Garantia do acesso facilitado à métodos contraceptivos seguros em todas as UBS da cidade;
- Garantia do atendimento integral, humanizado, transdisciplinar e de qualidade em toda a rede de atenção materno infantil desde o pré-natal até a atenção ao recém-nascido;
- Investimento em equipamentos (salas e quartos) que facilitem o parto humanizado;
- Abertura de concurso público para doulas certificadas em todas as unidades hospitalares que atendam partos;
- Fortalecimento de programas de estágio de doulas para garantir a formação dessas profissionais;
- Assistência qualificada e humanizada à gravidez, ao parto, ao puerpério e ao aborto, a fim de reduzir a morbimortalidade materna, especialmente de mulheres negras;
- Garantir, em todos os hospitais públicos do município, a informação e o acompanhamento necessários para a prática do aborto nos casos autorizados pela lei, respeitando o princípio de autodeterminação da mulher sobre seu próprio corpo.

TRABALHO E RENDA DA MULHER

Vivemos em uma sociedade que segmenta e hierarquiza com a divisão sexual e racial do trabalho, cujo ônus recai de forma mais pujante sobre as mulheres trabalhadoras, negras e LBTs. Nesse sentido, as mulheres ainda enfrentam inúmeras dificuldades para ocupar determinados cargos e profissões notadas e historicamente tidas como masculinas em nossa sociedade. Ganham menos que os homens, não raro, para desempenhar a mesma função, com o peso de múltiplas jornadas, envolvendo o trabalho fora e também dentro de casa com a responsabilização pelo trabalho doméstico de cuidado dos filhos, idosos etc. Quando falamos de mulheres que estudam e se organizam politicamente, essa jornada é ainda mais ampliada.

A maioria está no setor de comércio, prestação de serviços e no trabalho informal que cresce exponencialmente em nosso país. A falta de seguridade dessas mulheres no que diz respeito ao vínculo empregatício e à garantia de direitos é um elemento preocupante. As trabalhadoras domésticas, categoria majoritariamente feminina, desempenham longas e intensas jornadas de trabalho e, só muito recentemente tiveram direitos assegurados do ponto de vista legal (ainda que enfrentemos barreiras para sua efetivação). Da mesma forma, cresce enormemente o número de mulheres empregadas na área de *telemarketing* e nos *call centers*, trabalho com grande rotatividade, baixos salários e intensa precariedade.

As mulheres são a maioria nos trabalhos precarizados, cujos principais indicadores são a ausência de proteção social e direitos trabalhistas. Ocupam profissões com pouca qualificação, com baixa remuneração e pouco valorizadas em nossa sociedade, vivenciando longas e intensas jornadas que agravam os índices de adoecimento; reduzem o tempo dedicado para outras atividades (a exemplo do lazer e estudo), e ainda estão completamente à mercê de ambientes que reproduzem todo o machismo estruturante de nossa sociedade por meio de assédios, múltiplas formas de violência, desvios de função, dentre outros.

A luta contra a exploração do trabalho assalariado; contra o trabalho não-remunerado; contra as demissões imotivadas e indevidas; contra o machismo e a

violência nos locais de trabalho; contra a sobrecarga e as múltiplas jornadas e o desamparo no que tange à ausência e a retirada de direitos trabalhistas, sobretudo com as contrarreformas, é um desafio que precisamos encarar! Entendemos que o terreno resolutivo dessas questões e contradições não se dão de forma imediata e nos moldes dessa sociedade patriarcal, racista e capitalista, mas urge a luta e o trabalho contínuo no aqui e agora desde o nosso município para avançarmos!

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Criação e incentivo à programas para capacitação profissional de mulheres em diversas áreas e ocupações, estimulando a qualificação e a capacitação permanente;
- Promoção da igualdade de oportunidade ao trabalho com igual salário e com mecanismos que permitam superar a existência de múltiplas jornadas de trabalho das mulheres;
- Promoção de políticas de geração de trabalho, emprego e renda para mulheres do meio urbano e rural do município, estimulando a economia solidária e a valorização do trabalho feminino em múltiplas ocupações;
- Promoção de acesso ao trabalho com igualdade de gênero e com paridade entre homens e mulheres nos cargos de direção;
- Ampliação da licença paternidade e maternidade com a possibilidade de revezamento a partir do sexto mês;
- Garantia de estabilidade empregatícia de um ano à mulher que retorna da licença maternidade;
- Criação de restaurantes, escolas, creches e lavanderias em tempo integral, de qualidade com acesso universal a fim de socializar o trabalho doméstico não remunerado e reduzir a sobrecarga das mulheres, sobretudo das mulheres mães. Há uma enorme carência de vagas para crianças de zero a três anos, além da inexistência de creches no período noturno. O direito a frequentar a creche é um direito da criança e da família e várias pesquisas apontam a importância da educação infantil para o desenvolvimento e socialização das crianças;
- Implantação de creches e brinquedotecas também nos locais de estudo, nas universidades, faculdades e nos cursinhos pré-vestibulares para que as mulheres não

continuem carregando a preocupação sobre onde e com quem deixar seus filhos para estudar;

- Fiscalização e estabelecimento de canais de denúncias em caso de desvios de funções, atrasos e não cumprimento com o pagamento e outros direitos;
- Estímulo à inserção e permanência de mulheres com deficiência no mercado de trabalho formal;
- Combate ao assédio moral e sexual nos ambientes de trabalho;
- Realização de campanhas educativas sobre assédio e violência nos locais de trabalho com estímulo à denúncia e combate à culpabilização das vítimas e ameaças de demissão;
- Preparação junto dos sindicatos e entidades de classe para receber denúncias de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho com departamentos femininos, ou secretarias de gênero, ou outra diretoria que congregue mulheres que possam acolher as denunciantes com sensibilidade e o apoio que o momento exige.

EDUCAÇÃO DA MULHER

Durante muito tempo as mulheres foram privadas, formal ou informalmente, do direito à educação escolar. No entanto, nas últimas décadas, as mulheres vêm ocupando cada vez mais cadeiras nas escolas e universidades. De acordo com o PNAD (2019) as mulheres apresentam relativa vantagem nos dados referentes à educação em relação aos homens. O percentual de brasileiros acima dos 15 anos analfabetos, por exemplo, é de 6,6%. Entre os homens, 6,9% são analfabetos e, entre as mulheres, 6,3%. No entanto é importante destacar que entre as mulheres negras, o analfabetismo permanece muito maior do que entre as mulheres brancas.

De acordo com o IBGE (2018) as mulheres possuem mais anos de estudos do que os homens. Entre eles, 15,6% possuem Ensino Superior; entre elas, este número chega a 21,5%. Porém, existe uma grande desigualdade entre mulheres negras e brancas ao Ensino Superior. Entre as mulheres brancas, 23,5% cursam uma Graduação, enquanto apenas 10,4% das mulheres pretas e pardas têm acesso a este nível de ensino.

Mesmo com maior escolaridade, as mulheres trabalham mais e recebem menos do que os homens. Uma pesquisa realizada pelo IBGE apontou que, em 2016, as mulheres dedicavam 18 horas semanais aos afazeres domésticos/cuidados com outras pessoas, o que significa 73% de tempo despendido nestas tarefas a mais do que os homens. Esta desigualdade na divisão das tarefas domésticas faz com que as mulheres brasileiras trabalhem, em média, 3 horas semanais a mais do que os homens brasileiros, apesar de terem um salário médio de 76,5% em relação a eles.

Tudo isso mostra que, embora as mulheres estejam, cada vez mais, tendo acesso à escolarização, ainda temos um longo caminho pela frente, tanto em relação à desigualdade entre mulheres negras e brancas, quanto em relação a fazer com que esta escolaridade das mulheres seja valorizada no mundo do trabalho.

Além disso, muitas vezes, a escola e a universidade acabam se tornando um local violento para as mulheres. Há exemplos de machismo dentro dos espaços escolares, os quais deveriam ser os primeiros a se levantarem contra qualquer tipo de opressão e preconceito. Meninas lésbicas e/ou transexuais, muitas vezes, não se sentem acolhidas na escola, ao contrário, sentem-se violentadas. Infelizmente, são com frequência

vítimas de piadas pejorativas dos colegas e até mesmo de professores e, se a escola não as acolhe, a saída acaba sendo a evasão escolar. Outras jovens denunciam assédio sexual por parte dos colegas e professores e, em grande parte, os casos são acobertados, gerando traumas inenarráveis para as vítimas.

Mulheres estudantes que são mães enfrentam grandes desafios para continuarem seus estudos. Com a ausência de creches nas escolas e universidades, estas mulheres, muitas vezes, precisam levar seus filhos para a sala de aula, sendo, em alguns casos, vítimas de grande intolerância e machismo por parte de alguns professores.

É preciso que professores, gestores, corpo técnico, e todos os funcionários e funcionárias das escolas e das universidades sejam capacitados para agirem frente a casos de machismo. O espaço escolar e acadêmico precisa ser vanguarda na luta contra o machismo, LGBTQIA+fobia e todo tipo de preconceito! Objetiva-se, assim, educação sexual e inclusiva nas escolas. Devemos lutar por um ensino público, laico, de qualidade, sensível à diversidade de gênero, não sexista, não racista e não lesbofóbico!

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Inclusão de uma disciplina de educação sexual e cuidados com as crianças na grade curricular;
- Consolidação na política educacional municipal das perspectivas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência, e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária e cidadã;
- Garantia do acesso e permanência de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade;
- Disponibilização de creches nas escolas e universidades;
- Capacitação contínua de todos os professores e funcionários nas escolas e universidades, para que atuem contra o machismo.

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

As mulheres na construção do Poder Popular

Uma sociedade igualitária e justa deve buscar a participação de homens e mulheres nos espaços de decisão e poder. Hoje, percebe-se que as mulheres ocupam número significativamente menor nos cargos de decisão e na política, o que contrasta com o percentual de mulheres existentes na sociedade. Segundo dados da PNAD Contínua, de 2019, no Brasil a população é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. No entanto, essa maioria da população não é representada em cargos públicos. Os dados do IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, em 2017, demonstra que a representação política é desigual. Somente 10,5% dos assentos da câmara dos deputados eram ocupados por mulheres. Além disso, em 2016, 62,2% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens, enquanto somente 37,8% eram ocupados por mulheres.

A manutenção das mulheres em afazeres domésticos e em cargos pouco valorizados socialmente estimula a manutenção da sociedade patriarcal e machista e a hierarquia de gênero nas instituições e em outros espaços. É fundamental atuarmos para que as desigualdades sejam transformadas!

Nesse sentido é a Lei nº 12.034 de 2009 visa, de maneira geral, realizar a promoção e difusão da participação feminina na política, e impõe algumas exigências aos partidos políticos, a exemplo da necessidade de mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas do sexo feminino. A mudança na legislação é um avanço importante, mas deve ser seguida de outras medidas. É necessário que o município protagonize mudanças culturais, institucionais e empresariais, de modo a efetivamente aumentar o número de mulheres eleitas.

No momento atual, as mulheres ainda não gozam, de maneira plena, da participação plena na política municipal. Segundo dados da Prefeitura de Juiz de Fora, baseados no IBGE, em 2010 a população de mulheres em Juiz de Fora era de 272.223 (52,73%) mulheres, enquanto a de homens era de 244.024 (47,27%). Assim, apesar de

estarem em maior número na população de Juiz de Fora, ocupam somente 1 dos 19 cargos na Câmara Municipal de Juiz de Fora, nos vereadores da Legislatura 2017-2020.

A participação da mulher em cargos políticos, dentre outros espaços de poder, é essencial para a autonomia das mulheres nas decisões e uma necessidade para o avanço das lutas por direitos femininos e mudanças nas bases patriarcais e machistas da sociedade, proporcionando que os interesses das mulheres sejam efetivamente contemplados e protagonizados pelas próprias mulheres.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Criação e implementação de instrumentos normativos que versem sobre a igualdade de oportunidades entre os gêneros, de modo que as mulheres ocupem os espaços de decisão no poder público;
- Estimular a participação e o fortalecimento das mulheres nos mais variados espaços consultivos e deliberativos como nos conselhos locais, regionais e municipais, a exemplo do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, associações de moradores, movimentos sociais, sindicais e em demais entidades de classe;
- Divulgação ampliada das reuniões, sessões e eventos na câmara para a população e incentivo à ampliação da divulgação por parte dos conselhos, associações de moradores, movimentos sociais, sindicais e demais entidades das suas atividades;
- Realização de atividades formação e conscientização que discutam e tracem caminhos para o enfrentamento das barreiras do patriarcado que cercam a vida política;
- Defesa da construção do poder popular, para que as mulheres se reconheçam como sujeitos de mudança de sua própria história e o seu papel fundamental na luta.